

Mars Di Bartolomeo garante que não vai mexer na idade da reforma

Mais de 50 milhões de euros em reformas vão para Portugal

Segundo a Inspeção Geral da Segurança Social (IGSS), em 2008, 41,33 % das reformas luxemburguesas foram transferidas para o estrangeiro. Sem grande surpresa, os principais países destinatários foram os três países fronteiriços – Bélgica, Alemanha e França –, bem como Itália e Portugal (ver gráfico).

Segundo os dados da IGSS, em 2008, num total de 130.929 pensões atribuídas, 54.117 tiveram como destino países estrangeiros, das quais 6.374 foram enviadas para Portugal.

A IGSS nota que o apelo contínuo da economia luxemburguesa à mão-de-obra estrangeira repercutiu-se nas transferências de

Evolução do número de pensões transferidas para o estrangeiro

Ano	Alemanha	Bélgica	França	Itália	Portugal	Outros países da UE	Outros países	Total das transferências	% do número total das pensões	Total das pensões
1997	7.438	5.700	5.101	8.785	3.921	1.378	792	33.115	32,3%	
1998	7.758	5.864	5.426	9.062	4.143	1.491	852	34.596	33,2%	
1999	8.064	6.013	5.748	9.303	4.346	1.623	877	35.974	34,0%	
2000	8.421	6.171	6.086	7.479	4.558	1.738	942	37.395	34,9%	107.207
2001	8.802	6.380	6.511	9.628	4.774	1.892	988	38.975	35,7%	
2002	9.167	6.656	7.030	9.843	5.015	2.031	1.038	40.780	36,5%	
2003	9.609	6.960	7.651	10.042	5.185	2.187	1.120	42.754	37,4%	
2004	9.978	7.196	8.215	10.362	5.417	2.339	1.159	44.666	38,1%	
2005	10.405	7.547	9.031	10.522	5.647	2.509	1.245	46.906	38,9%	120.515
2006	10.818	7.956	9.894	10.734	5.899	2.718	1.329	49.348	39,9%	
2007	11.203	8.329	10.874	10.871	6.121	2.848	1.371	51.617	40,6%	127.128
2008	11.692	8.793	11.841	10.950	6.374	3.017	1.450	54.117	41,3%	130.929

igualmente que não se prejudique a competitividade das empresas e o poder de compra das famílias através do agravamento da carga fiscal, estando assim "um aumento de 8 % a 20 % fora de questão".

Para Di Bartolomeo, relacionar o aumento da esperança de vida e o número de anos de trabalho é inevitável.

O titular da pasta da Segurança Social descarta a hipótese de aumentar a idade de reforma dos 65 para os 67 anos, "uma vez que um considerável número de pessoas deixa de trabalhar aos 58 ou 59 anos".

Consequentemente, Di Bartolomeo advoga a "manutenção de um dos pilares do nosso sistema de pensões, nomeadamente, um mínimo de 40 anos de cotizações".

A questão da sustentabilidade do sistema de pensões irá brevemente ser discutido em Conselho de Governo e posteriormente debatido na Câmara dos Deputados.

Nuno Costa

pensões para o estrangeiro, tendo-se notado um aumento de ano para ano. O organismo da Segurança Social sublinha mesmo que o número triplicou desde 1985.

Em termos numerários, em 2008, a Segurança Social gastou 2.489 milhões de euros em pensões, dos quais 1.990 milhões se destinaram a residentes do Luxemburgo e 499 milhões de euros tiveram como destino o estrangeiro, representando estes 21,3 % da soma total.

Para Portugal, transitaram 50,2 milhões de euros. A Bélgica foi o país estrangeiro para onde se transferiu mais dinheiro (142,3 milhões de euros), seguido da França (135,8 milhões de euros),

da Alemanha (80,5 milhões de euros) e da Itália (60 milhões de euros).

IDADE DA REFORMA NÃO VAI SER ALTERADA

Ainda que o sistema de pensões no Luxemburgo goze de boa saúde, dispondo de reservas na ordem dos 9,7 mil milhões de euros, o ministro da Segurança Social, Mars Di Bartolomeo, avisa que as pensões estão apenas asseguradas para os próximos 20 a 30 anos e que é necessário repensar o seu financiamento. O ministro prevê que os 40 anos de trabalho serão inevitáveis.

Os 9,7 mil milhões de euros em reserva dariam, segundo o ministro da Segurança Social, para pagar

durante três anos a totalidade das actuais reformas.

Contudo, para que os futuros reformados usufruam das actuais pensões daqui a 20 ou 30 anos, "o número da população activa teria que aumentar para um milhão e meio", anunciou na semana passada Mars Di Bartolomeo.

Consciente da inviabilidade desta solução, Di Bartolomeo defende que o sistema deverá continuar a basear-se no princípio da repartição e da solidariedade entre gerações. Além disso, os direitos dos reformados não devem ser alterados, nem os sacrifícios pedidos à população activa devem ser demasiado elevados. O ministro da Segurança Social recomenda

a frase

"[o Acordo Ortográfico] é irreversível"

Elsa Rodrigues dos Santos, presidente da Sociedade de Língua Portuguesa (ver texto pág. 19)